

ANEXO III**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2012****APRESENTAÇÃO****Balanco SEMESTRAL da Gestão – (Fev/Agosto 2012)**

Secretaria de Avaliação de Políticas e

Autonomia Econômica das Mulheres/**SPM**

Secretária Tatau Godinho

A Secretaria de Avaliação e Políticas de Autonomia Econômica das Mulheres, a primeira questão que é importante a gente chamar a atenção, porque já foi mencionado na última reunião do conselho, mas ainda não tinha se concretizado, foi o processo de reformulação interno da SPM, onde esta, com a criação da secretaria executiva, no padrão dos demais ministérios existentes do Governo Federal, toda a parte de planejamento e gestão que estava vinculada a esta secretaria, ela se chamava exatamente de planejamento e gestão interna, foram repassados, transferidos para a secretaria executiva. Então a secretaria passou a se dedicar especificamente à duas questões, que é o estudo de dados e indicadores, e o levantamento dos estudos e pesquisa e a área de autonomia econômica das mulheres. Eu estou dizendo isso porque isso já foi apresentado em outros momentos, mas a última reunião do conselho, isso não tinha acontecido oficialmente, portanto essa secretaria além de mudanças de estrutura interna. Trocou de nome. Então, o nome da secretaria, houve uma mudança completa no nome da secretaria, exatamente porque é uma mudança grande nas suas funções. Nós absorvemos. Isso já tinha acontecido; desde o ano passado, a responsabilidade pela área do trabalho, das ações de trabalho, mas a gente ainda continuava com algumas ações relacionadas a planejamento e articulação interna do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que agora estão sobre responsabilidade da secretária Lourdes. Então na área do trabalho e autonomia econômica, a

primeira questão para chamar atenção é o pró-equidade de gênero e raça que está na sua quarta edição. São oitenta e uma as empresas e instituições públicas e privadas que estão participando dessa quarta edição. O universo envolvido por essas empresas é de oitocentos e trinta mil trabalhadores e trabalhadoras, então isso significa um universo muito grande, mas ainda é um universo restrito se a gente pensar no número de empresas existentes no Brasil hoje. Então nós temos uma perspectiva de ampliação do programa voltado mais diretamente para a área empresarial. O programa hoje mistura um pouco instituições públicas e privadas com a área empresarial. Então, a gente tem feito um início de discussão no comitê ADOC, que já se reuniu duas vezes nesse primeiro semestre para planejar o encaminhamento desta quarta edição que está previsto para terminar trinta e um de dezembro. Terminar o plano de trabalho das empresas. Aí você tem o período de julgamento, avaliação do trabalho e a entrega dos certificados no começo do ano que vem à partir do mês de março. Aqui vinculado a esse programa pró-equidade, é importante a gente dizer que a SPM tem feito contato com grandes empresas nacionais. Claro, as grandes empresas no Brasil, nacionais e internacionais, para que elas façam a adesão ao pró-equidade de gênero e raça. Esse programa tem um detalhamento bastante grande no encaminhamento de como é feito o programa. Ele atribui um selo, mas é importante a gente chamar a atenção aqui do conselho, que esse é um selo que tem um critério de atribuição muito detalhado e bastante complexo. Eu chamo atenção para isso, porque existem outros selos empresariais, outros pactos com a empresa que são apenas uma adesão pela direção da empresa, como é o pacto, por exemplo, da ONU mulheres, a empresa faz a adesão e assume um compromisso com os pontos apresentados. No caso do pró-equidade, ele tem uma complexidade muito maior do que isso, porque a empresa tem que apresentar um plano de trabalho. Esse plano de trabalho é monitorado, é avaliado. A SPM junto com professoras universitárias, porque esse Comitê ADOC é formado por professoras universitárias visita as empresas, avalia o trabalho que é feito e a partir daí é que é atribuído o selo. Como está bastante em pauta na sociedade a idéia da promoção das mulheres dentro das empresas, tem se multiplicado as propostas de selo, de diferentes tipos de adesão, selos e pactos que já vem surgindo no último período. A ministra já mencionou a relação desse programa

na relação interministerial. Então as coisas que a ministra já mencionou eu não vou voltar a elas, até por causa do nosso prazo. Uma segunda área de trabalho que nós investimos muito nesse semestre é a questão dos direitos das trabalhadoras domésticas. A articulação tanto da aprovação da convenção 189 da OIT. O primeiro semestre todo funcionou a comissão tripartite para provar o relatório da convenção. Falta apenas a última reunião que é aquela que vai bater o martelo no texto final, para que ele seja encaminhado para a presidência e a partir daí ele vai ser encaminhado ao congresso, e a alteração da legislação nacional com o artigo 7º da Constituição que é o que prevê os direitos das trabalhadoras domésticas. Como a ministra mencionou, houve um processo intenso, muito grande de articulação dentro do Governo e articulação às diversas instituições interessadas no tema, vamos dizer assim. Por um lado a FENATRAD, o Sindicato das trabalhadoras, centrais sindicais. Exatamente para estabelecer uma estratégia que possa significar efetivação de direitos. Com a OIT inclusive, porque nós temos uma avaliação e esse debate foi feito com todas as entidades que a aprovação da convenção da OIT só apenas, embora tenha um sentido político importante, não garante ampliação efetiva de direitos, porque entra no julgamento se a convenção vale na legislação legal, se não vale. Como nós temos a questão das trabalhadoras domésticas dentro da Constituição Brasileira explicitamente, nós fizemos uma estratégia dentro do governo, e em conjunto com a FENATRAD e entidades do movimento sindical, de que a gente daria na articulação governamental uma prioridade muito grande à mudança da legislação nacional. Porque a mudança da legislação nacional, é a mudança que vai garantir direito específico para as trabalhadoras domésticas, para além da adesão que o Brasil internacionalmente tenha a Convenção da OIT. Então nós estamos trabalhando também, internamente dentro do Governo, com mecanismos que ajudem a ampliar a formalização das trabalhadoras domésticas. Então, não é um caminho único. A questão dos direitos das trabalhadoras domésticas é uma prioridade da SPM, é uma prioridade da Ministra Eleonora Menicucci, que está se dedicando pessoalmente às negociações dentro do Governo e nós temos buscado mecanismos que vão ampliando, até porque nós sabemos, como a ministra mencionou, A PEC está no Congresso pronta para votar, mas todas nós sabemos quantos anos o Código Penal ficou, o Código Civil ficou. Então, nós

101 não podemos trabalhar com um caminho único. Isso significa que a gente está
102 trabalhando também com alteração de procedimentos administrativos e legais
103 que permitam facilitar o registro das trabalhadoras domésticas e ampliar
104 direitos. Isso é um aspecto da relação com o Ministério da Previdência e com o
105 Ministério do Trabalho. A campanha para adesão à formalização, está ali com
106 uma corzinha diferente. Vocês não conseguem perceber a diferença da cor,
107 porque é uma proposta para esse ano. Ela se vincula a idéia da gente criar na
108 sociedade também, uma noção de que a formalização dos direitos das
109 trabalhadoras é uma, vamos dizer, tem que ter um engajamento da sociedade
110 nesses direitos. Todas vocês percebem o quanto o tema está na pauta da
111 mídia em geral, que é uma maneira profundamente distorcida. Como se as
112 domésticas já ganhassem um grande salário; como se as domésticas fossem
113 todas já um artigo de luxo para as famílias ricas, como se não houvesse mais
114 pessoas procurando esse emprego, e a grande maioria tivesse direitos já
115 definidos. Então, a gente quer fortalecer a adesão social à ideia de direitos das
116 domésticas, porque senão nós não vamos aprovar isso no Congresso. Nós não
117 nos iludimos, a FENATRAD não se ilude, e nenhuma de nós de que no
118 Congresso esse debate é fácil. Ele não é fácil. Ele tem a dificuldade formal de
119 que se trata de uma PEC, portanto, mudança constitucional é dois terços das
120 duas casas. É muito difícil aprovar uma PEC; segundo, a PEC não permite
121 pequenos vetos, então ela tem menos espaço de negociação, é tudo ou nada.
122 É um problema também do encaminhamento legal, então nós temos que
123 buscar outros mecanismos. O PROJETO DE LEI DA IGUALDADE já houve
124 várias negociações. A Regina Adami que é nossa assessora parlamentar está
125 acompanhando. Já mudou de relatora de novo no Congresso. E ele também é
126 um projeto que a gente tem investido na negociação, mas cada vez que ele
127 entra em debate, ele é mutilado num pedacinho. Então, ele vai continuar. É
128 uma prioridade, ocupa bastante do nosso tempo. As trabalhadoras rurais
129 ocuparam um tempo importante da SPM esse ano, com justeza, tanto pela
130 questão da seca e a convivência com o semiárido, que a ministra já
131 mencionou, a SPM já negociou, vem negociando com o MDA, ministério da
132 Integração, o debate de políticas para essas mulheres, sempre com a
133 participação da Raimundinha que é assessora para essa área da política para
134 as mulheres rurais. Nós participamos junto com o MDA de editais com os

135 Estados para políticas com as mulheres rurais, e temos uma preocupação
136 bastante grande com a relação, agora que o Brasil está na presidência da FAO,
137 o MDA tem insistido muito, e nós como Ministério das Relações Internacionais,
138 a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO, para que esse tema das
139 trabalhadoras rurais esteja presente na agenda da FAO. Nós já fizemos
140 algumas reuniões com a FAO nesse sentido; estamos trabalhando nos sentidos
141 agrícolas e agrários dos países da América Latina. Agora em novembro vai ter
142 uma oficina para discutir esses sentidos e como medem efetivamente, porque a
143 medida do trabalho rural é mais difícil para as mulheres. Em parte porque a
144 medida é dada por estabelecimento ou pela produção. A mulher faz o quintal, o
145 quintal não entra na medida. Então tem um debate importante para isso, e uma
146 questão que não está colocada aqui, mas que a gente quer chamar a atenção,
147 foi o acompanhamento da pauta das trabalhadoras rurais nesse semestre.
148 Tanto o cumprimento da pauta da marcha das margaridas, como das demais
149 agendas das trabalhadoras rurais que tem cobrado a SPM o acompanhamento
150 dessa agenda, e nós temos agora no segundo semestre uma profusão de
151 encontros de trabalhadoras rurais no mês de novembro, por causa, claro, do
152 calendário eleitoral, mas tem uma série de encontros de trabalhadores rurais. A
153 SPM está se empenhando em apoiá-los, agora, é muito importante que as
154 pessoas saibam: atualmente a SPM só apóia projetos de qualquer área,
155 trabalhadora rural, urbana, encontro, mulheres jovens, seja lá o que for, se tiver
156 entrado pelo edital de projetos alguma solicitação de apoio. Nós não temos
157 outro mecanismo de apoio. Então é muito importante chamar atenção disso,
158 porque às vezes o apoio chega depois do prazo do edital, pedido de apoio, e aí
159 nós não temos como criar um mecanismo de apoio. Na questão do
160 empreendedorismo e de oportunidades de trabalho, nós temos trabalhado,
161 além de trabalhar com o SEBRAE, trabalhar com o SESI, nós temos trabalhado
162 muito por meio de convênios com instituições e prefeituras. Nós recebemos
163 cerca de cento e noventa e quatro solicitações; a nossa previsão dentro do
164 orçamento da SPM é aprovar entre trinta e cinco e quarenta, e eu queria só
165 compartilhar com o conselho, uma preocupação importante que a gente tem
166 tido na área de autonomia econômica. Nós trabalhamos e insistimos com todas
167 as pessoas em todas as áreas aonde a gente vai, no sentido das profissões
168 não tradicionais de uma capacitação de mulheres em áreas não tradicionais, na

169 entrada das mulheres nessas áreas e quase 40% dos convênios. A proposta
170 de convênio que a gente recebeu são em cursos tradicionais. E tradicional,
171 tradicional, tradicional. Eu não estou chamando mais de tradicional corte e
172 costura, porque a pessoa pode estar trabalhando. A empresa que você tem
173 arranjos produtivos locais. Eu estou chamando de tradicional, cabeleireira,
174 maquiagem, manicure e coisas desse tipo. Eu estou chamando a atenção de
175 vocês, porque a gente tem tido um debate muito tenso com os municípios para
176 dizer: esse tipo de projeto nós não queremos apoiar. O dinheiro da SPM é
177 muito pouco para que a gente repita no nosso financiamento todas aquelas
178 ações absolutamente tradicionais do ponto de vista do trabalho. Fizemos um
179 convênio, um acordo com a SUDEC e CNPQ. Ia ser muito importante
180 mencionar, porque ele é para a região Centro-Oeste no Ministério da
181 Integração para capacitação tecnológica de mulheres exatamente em áreas
182 não tradicionais. Mais ele tem um detalhe que é muito importante. Nós
183 conseguimos discutir com a CNPQ e a SEDECO, que esses editais têm que ter
184 sala de recreação para as crianças enquanto a mãe faz o curso. Houve uma
185 resistência grande do debate no início, o MDA conhece esse debate, porque
186 nós, inclusive aprendemos com elas como que diz, que a sala de recolhimento,
187 a sala de recreação, não confunde com creche, não tem nada a ver com a rede
188 escolar. A responsabilidade é da mãe enquanto ela está no curso, porque nós
189 temos que nos entender também com o Conselho da criança e do adolescente,
190 toda vez que a gente fala em criança. Agora, a nossa experiência tem sido, as
191 mulheres não fazem curso de capacitação, porque elas não tem onde deixar as
192 crianças. Esse é um esforço grande, e estou insistindo nisso, porque várias
193 pessoas disseram para nós: “O CNPQ não vai aceitar de jeito nenhum fazer
194 isso”, porque não tem aceitado. E nós conseguimos fazer acordo com o CNPQ.
195 Nas pesquisas de indicadores, nós estamos acompanhando as pesquisas de
196 uso do tempo e trabalhando com o IBGE na preparação da pesquisa do ano
197 que vem sobre os municípios, e nesse tema a SPM participou da Conferência
198 Internacional de Uso do Tempo, e nós estamos preparando a ampliação do uso
199 do debate dentro desse tema no Brasil. Isso significa, que vai ser em 2013,
200 mas essa é uma conferência acadêmica, uma conferência de institutos de
201 estatísticas e acadêmica, ou o nosso papel de trazer a conferência e também
202 multiplicar outros fóruns; e na sociedade brasileira garantir que esse tema

203 esteja presente nessa avaliação de sustentabilidade e a presença das
204 mulheres no trabalho não remunerado.

